



# Prefácio

Adriana Marcondes Machado

*In* SOUZA, B.P. (Org.) **Orientação à Queixa Escolar**.  
São Paulo: Portal de livros abertos da USP, 2020. 1<sup>a</sup>. ed. 2007.  
p.p. 11-12  
*E-book*.



Essa obra é de acesso aberto.  
É permitida sua reprodução total ou parcial,  
desde que citada a fonte e a autoria e sem fins lucrativos,  
respeitando a licença Creative Commons indicada.

# Prefácio

Peregrinação é uma das palavras frequentes na fala de muitos pais e mães de crianças e jovens quando tentam definir o percurso dos encaminhamentos aos especialistas que precisam percorrer para resolver os problemas de escolarização apresentados por seus filhos. As sensações advindas desta “peregrinação” chegam a ser identificadas como um verdadeiro suplício.

Tempo e dinheiro são fatores presentes nas conversas, insônias, brigas e angústias de famílias, diversas das quais há muito tempo não têm condições de obter as chamadas necessidades básicas. Contudo, como em todo campo de relações sociais, constituído de múltiplas forças e intensidades, encontra-se presente uma esperança, não raro vivida de maneira alienada: “Quem sabe um atendimento psicológico possa ajudar a descobrir o que meu filho tem, quem sabe ele possa melhorar”. Essa alienação, que desconsidera o processo de produção daquilo que emerge como problema individualizado no corpo da criança e do jovem ao naturalizar práticas e saberes, está em pauta nos artigos deste livro.

Seus autores questionam as concepções hegemônicas, e respectivas prescrições, sobre os sujeitos e tentam somar esforços ao conjunto das análises que temos visto vir à tona nos últimos 20 anos em que a esperança é transformada em luta contra o assujeitamento produzido nas práticas exercidas pela psicologia. Tal luta exige cortes epistemológicos que resgatem a dimensão política da produção do fracasso escolar.

São estratégias de ruptura que se afirmam neste livro. O sujeito “criança ou jovem encaminhado” é transformado em “produção da queixa escolar”. O foco de investigação/intervenção passa a ser uma rede de relações de produção de práticas/saberes e de processos de subjetivação. Nessa rede, os autores problematizam a relação psicólogo-usuário (os instrumentos de avaliação e os prontuários, a dominação exercida pelos especialistas), a política educacional brasileira e as atuais políticas públicas em educação e seus efeitos no processo de escolarização, as investigações e interpretações de psicólogos e educadores das produções dos alunos e dos acontecimentos cotidianos na escola, a discriminação e os sujeitos impedidos de voz. Os textos, presentemente refletindo essas produções, tornam-se instrumento de luta por um espaço escolar em que a potência possibilite processos de diferenciação. Para isso, sem ingenuidade e sem palavras de ordem que desconsiderem as produções históricas, anuncia-se a necessária coletivização, a participação pública.

Os atendimentos narrados aqui parecem exercer essa luta. Contam um modo de fazer e atender no qual buscam a multiplicidade de fatores/relações presentes na singularidade de um encaminhamento. Tarefa nada fácil. Esse modo de fazer afirma a função política de uma prática clínica de atendimento psicológico: desconstruir os processos de individualização interrogando a produção coletiva de adoecimento, angústia e fracasso.

*Adriana Marcondes Machado*  
São Paulo, março de 2007